CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2013-05-24	
O Secretário da Mesa	
Paulo Batista Santos (Assinatura)	Digitally signed by Paulo Batista Santos (Assinatura) Date: 2013.05.24 11:10:14 +01:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 2134 / XII (2 .ª)

Assunto: Obras no IP2 e IP8

Destinatário: Min. da Economia e do Emprego

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – O lançamento da obra do IP8 foi feito com o objetivo de estabelecer, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN) em vigor, a ligação entre Sines e Beja.

2 – A construção desta infraestrutura rodoviária pretende assegurar a ligação (estratégica) da Zona Portuária de Sines à autoestrada A2 e, ainda de acordo com a função definida no PRN para os itinerários principais, assegurar a ligação entre os centros urbanos com influência supra distrital e destes com os principais portos, aeroportos e fronteiras;

3 – O IP2, quando ligado ao IP8, permite a união rodoviária entre o eixo Sines, Beja e Évora;

4 – O troço do IP8 desenvolve-se numa extensão aproximada de 95 quilómetros e o troço do IP2 tem uma extensão de cerca de 123 quilómetros;

5 – O traçado do IP8, entre Santiago do Cacém e Beja, desenvolve-se desde as proximidadesde Santiago do Cacém, entroncamento com a estrada 261-3 em Relvas Verdes, até à zona do aeroporto ligando ao traçado do IP2;

6 – As ligações entre o IP8 e o IP2 servirão para potenciar o desenvolvimento do interior e permitir atenuação das assimetrias entre a zona litoral e o interior sul, fazendo-se assim o elo de ligação entre o litoral e o IP1 e entre estes e o IP2, substituindo o atual IC33 e a atual Estrada Nacional 259;

7 – De acordo com a DGTF as obras já realizadas representam cerca de 40% do total da via projetada;

8 – Houve uma renegociação na concessão do Baixo Alentejo que significou uma poupança de cerca de 300 milhões de euros, sendo que parte dessa recuperação se fez com recurso a uma

redução de investimento CAPEX;

9 – As obras pararam, mas entretanto foi prometido pelas EP, na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, que retomar-se-iam as mesmas até final de março de 2013;

10 – As várias autarquias afetadas têm manifestado o seu desagrado perante esta paragem. A preocupação em causa levou a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) a solicitar reuniões com os vários Grupos Parlamentares.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a) s Deputado(a) s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Sr. Ministro da Economia e do Emprego, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Conhece Vossa Excelência Sr. Ministro a situação do IP8 e IP2?

2 – Quando serão retomadas as obras naquelas vias, tendo em consideração que as EP prometeram que isso aconteceria até ao final de março de 2013?

3 – Há algum fundamento para que as autarquias possam recear o fim definitivo das obras?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Maio de 2013

Deputado(a)s

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)

HELDER AMARAL(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

ARTUR RÊGO(CDS-PP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.